
A MERITOCRACIA PARTINDO DE UMA ANÁLISE DA SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS DE 2021 E DA POSTURA DO ESTADO NESTE CONTEXTO

Sarah Bueno de Godoy¹
Camila Sopko²

RESUMO

Este trabalho analisará a meritocracia frente aos resultados obtidos pela Síntese de Indicadores Sociais de 2021. Tendo como objetivo verificar as condições de vida da população brasileira e debater de acordo com os resultados qual é a postura do Estado frente à ideologia meritocrática. Esta discussão se faz importante, pois, em decorrência da construção da doutrina neoliberal, a competência passou a ser legitimada, de forma que ignorou os aspectos sociais, históricos e econômicos que a envolvem. A metodologia adotada para a construção dessa pesquisa foi a quanti-qualitativa, de forma a desenvolver com base na Síntese de Indicadores Sociais de 2021. Entretanto, verificou-se que, de acordo com a Síntese, a população brasileira sofre de inúmeras desigualdades no âmbito econômico, social, educacional, habitacional e de saúde, dessa forma, contradizendo a doutrina neoliberal que afirma que o indivíduo é o único responsável pelo seu “sucesso”. Além disso, constatou-se também que a figura do Estado tem grande influência para a propagação de tal ideal no contexto da desigualdade. No entanto, com base em tais resultados pôde-se considerar que a ideologia do mérito não é legítima quando se verifica todas as esferas que impactam na vida do cidadão e que influenciam na qualidade de vida que terá.

PALAVRAS-CHAVE: Meritocracia. Estado. Trabalho. Desigualdade Social.

ABSTRACT

This work will analyze meritocracy in the face of the results obtained by the Synthesis of Social Indicators, 2021. With the objective of verifying the living conditions of the Brazilian population and debating, according to the results, what is the State's attitude towards the meritocratic ideology. This discussion is important because, as a result of the construction of the neoliberal doctrine, competence became legitimized, in a way that ignored the social, historical and economic aspects that involve it. However, it was found that, according to the Synthesis, the Brazilian population suffers from numerous inequalities in the economic, social, educational, housing and health spheres, thus contradicting the neoliberal doctrine that states that the individual is solely responsible for the its “success”. In addition, it was also found that the figure of the State in this context has great influence on the propagation of such an ideal in the context of inequality. However, based on these results, it could be considered that the ideology of merit is not legitimate when all the spheres that impact the life of the citizen and that influence the quality of life that they will have are verified.

KEY-WORDS: Meritocracy. State. Job. Social inequality

¹ Acadêmica do 7º Período do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Santa Amélia - Unisecal. E-mail: sarahbgodoy1@gmail.com

² Professora Orientadora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Santa Amélia - Unisecal. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: camila.sopko@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

“A meritocracia é uma conquista dos privilegiados”.
(Wolney José Alencar de Castro)

Sabe-se que a pobreza é um fenômeno estrutural decorrente a fatores sociais e políticos, em complemento a isso, que a desigualdade social se acentuou mais explicitamente após a adoção do capitalismo como sistema universal de economia, por volta do século XIX (ALMEIDA, 2015). A partir deste, as oportunidades e acessos dos indivíduos às políticas sociais se tornaram mais precárias, quando não inexistentes. Contudo, ainda que haja tais diferenças nas vivências e condições que cada pessoa usufrui em decorrência dos acessos que teve, a ideologia meritocrática é uma pauta que ganha visibilidade quando fundamentada nos princípios do neoliberalismo (PAULANI, 2006).

Souza (2019) levanta uma crítica acerca do neoliberalismo haja vista que a mesma apresenta o enfrentamento da desigualdade partindo do ponto de que o ser humano é um ser isolado, logo, tem a capacidade de alcançar tudo o que almeja, pois, não tem interferências externas para conseguir o que quer, principalmente em referência aos aspectos socioeconômicos. Com tal abordagem, esta doutrina se torna legítima no que tange ao arsenal teórico, no entanto, como uma forma do enfrentamento das expressões da Questão Social³, o serviço social assume o papel de criticar a mesma para averiguar se na prática a meritocracia é, de fato, legítima.

Tendo como base a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2021, existem cinco principais pontos que são analisados para definir as condições de vida da população brasileira, sendo eles: estrutura econômica e mercado de trabalho, padrão de vida e distribuição de renda, educação, habitação e saúde. Entretanto, a perspectiva neoliberal quando posta em contraponto aos dados obtidos na Síntese de Indicadores Sociais, levanta-se uma questão: de que forma os dados revelam a ausência do Estado enquanto garantidor de direitos e se tal fato invalida a meritocracia.

³ Saiba mais em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

Portanto, o trabalho aqui posto tem o objetivo de aprofundar tal questão e apresentar as análises feitas acerca do tema. Para alcançar tal objetivo, será verificado os fundamentos da desigualdade social e da meritocracia a partir do sistema capitalista; o contexto histórico brasileiro e de que forma a meritocracia se apresenta como uma alternativa viável; mensurar através dos dados da SIS fatores que marcam a desigualdade social; e por fim, verificar se a ideologia meritocrática tende a tirar a responsabilidade do Estado.

Vale ressaltar que o tema se faz importante, pois, partindo do agravamento da desigualdade social após a revolução industrial, a universalização do capitalismo e a ideologia da meritocracia em ascensão, se faz necessário debater e esmiuçar as bases dessas três temáticas e analisar o ponto em que as mesmas se encontram. Ainda no que diz respeito a desigualdade social, segundo o IBGE (2022), o 1% mais rico recebe 38,4 vezes mais do que metade da população, ou seja, a profunda desigualdade que se revela na população brasileira também configura a importância da pesquisa que será apresentada nesse trabalho. Tendo em vista isso, se pode por fim, apresentar se a ideologia meritocrática está tão enraizada na atuação governamental que tende a tornar o Estado ausente.

Logo, como via de estruturar o estudo, tal trabalho irá ser de abordagem quanti-qualitativa, de natureza básica, sendo também uma pesquisa bibliográfica. A fim de analisar de que forma os estudos já publicados abordam o tema, será verificada também a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), publicada em 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados apresentados contribuem para que seja compreendido as condições de vida da população brasileira, para constatar de que forma a desigualdade social impacta na vida em sociedade e qual é a postura do Estado frente a mesma.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar de que forma a ideologia meritocrática torna o Estado ausente enquanto garantidor de direitos, a partir de dados contidos na Síntese de Indicadores Sociais de 2021.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir os fundamentos da desigualdade social e seus aspectos;
- Abordar o contexto histórico brasileiro e de que forma a meritocracia é apresentada como uma alternativa viável na sociedade;
- Analisar os dados da SIS apresentando a desigualdade e compreender se a ideologia meritocrática tende a tirar a responsabilidade do Estado.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa percorre o caminho bibliográfico e documental com uma abordagem quanti-qualitativa, uma vez que serão apresentados dados e referenciais que darão embasamento para este ensaio.

Em relação à pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2003), esta pode ser compreendida como “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (p.158). Portanto, este trabalho se baseou em pesquisas já publicadas com o objetivo de relacionar com o tema aqui proposto.

Para Minayo (2001), pode-se compreender a pesquisa quanti-qualitativa como sendo o complemento do quantitativo e do qualitativo, que, respectivamente podem ser compreendidos a partir da subjetividade e da utilização de dados para sua composição. Para a autora uma das principais diferenças que se faz entre a abordagem quantitativa e qualitativa é que, enquanto a primeira se desdobra em dados concretos e que são visíveis, a segunda abrange o campo mais subjetivo do conhecimento. No entanto, ainda que sejam de naturezas diferentes, as duas fazem uma importante relação para as análises que foram feitas neste trabalho.

Já acerca da pesquisa documental, Gil (2002), escreve que esta pode ser desenvolvida a partir da análise de documentos oficiais de esferas específicas, como por exemplo, de órgãos públicos, sindicatos ou igrejas. Todavia, compreende-se que esses documentos podem ou não já ter sofrido algum tipo de tratamento em seus dados. Portanto, para este trabalho, optou-se por documentos governamentais para embasar a discussão. O autor apresenta que uma das vantagens em que se tem ao usar esse tipo de análise é pela facilidade em se desenvolver, uma vez que os dados estão publicados e não exige contato com os sujeitos.

Portanto, com base nesta conceituação, a fonte de coleta para a elaboração desta pesquisa quanti-qualitativa foram os dados obtidos na Síntese de Indicadores Sociais (SIS), publicada em 2021, pelo IBGE. O documento se desmembra em diferentes períodos, haja vista que alguns são específicos no contexto da pandemia da Covid-19 e outros em relação ao comparativo entre anos desde 2012, portanto, pode-se definir que o recorte temporal aqui estabelecido foi do ano de 2012 até o ano de 2020, de forma variada conforme o tópico em análise. Todavia, antes de abordar tais dados quantitativos, elaborou-se também um referencial teórico para compreender a construção desta pesquisa, conforme será abordado a seguir.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 SURGIMENTO E FUNDAMENTOS DO CAPITALISMO

Sabe-se que o capitalismo surge após o enfraquecimento do feudalismo, no entanto, para se compreender um pouco sobre de que forma houve tal fenômeno, Sweezy (1977) faz uma análise acerca da abordagem de Maurice Dobb em seu livro *Studies in the development of capitalismo* (1946). De acordo com a percepção do autor, Dobb acredita que o feudalismo pode ser reconhecido com o mesmo significado do que se conhece por servidão, ou seja, “uma obrigação imposta ao produtor pela força, independentemente de sua vontade, no sentido de cumprir exigências econômicas de um senhor, quer sob a forma de serviços a serem prestados ou de tributos a serem pagos” (DOBB, 1946, p. 35 apud SWEEZY, 1977, p. 39).

Outra questão que se levanta acerca do período feudal e suas características, é sobre o que Marx expõe. Segundo o mesmo,

é claro... que em qualquer formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca mas o valor de uso do produto, o trabalho excedente será limitado por um certo conjunto de necessidades que poderão ser maiores ou menores, e então a natureza da produção em si não gerará um apetite insaciável de trabalho excedente (MARX, [s.d], p. 260 apud SWEEZY, 1977, p. 35)

Logo, com tal perspectiva, se reconhece que no feudalismo não se propagava a ideia de melhoria contínua dos produtos, uma vez que a rotina era somente para satisfazer as necessidades e sobrevivência. No entanto, não se deve assumir que tal sistema de economia tinha um caráter monótono ou inerte, pois ainda que possuísse uma dinâmica mais lenta, sabe-se que as relações feudais estabelecidas por senhores e vassalos marcou um longo período de conflitos neste contexto. Contudo, ainda que se apresentasse enquanto “menos dinâmico” quando comparado ao capitalismo, o feudalismo trouxe importantes mudanças para as relações econômicas.

Para Sweezy (1977), o motivo do declínio do sistema feudal, além da expansão do comércio, foi também em decorrência da fuga dos vassalos por causa da superexploração da força de trabalho. O autor menciona não como a fuga sendo fácil, mas que, com o crescimento das cidades, os vassalos arriscaram suas vidas em busca de melhores condições sociais, por volta do século XIII.

Marx e Engels (1848, p.61-62) apud Tarrit (2017, p 69) debatem sobre o enfraquecimento do sistema feudal como sendo um

estágio de evolução desses meios de produção e de circulação, as relações no âmbito das quais a sociedade feudal produzia e trocava seus produtos, a organização social da agricultura e da manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade, não correspondiam mais ao grau de desenvolvimento já alcançado pelas forças produtivas. Elas entravavam a produção em vez de estimular. Transformaram-se em outras tantas correntes. Era preciso quebrar essas correntes. Elas foram quebradas.

Dobb (1977) complementa acerca deste que a libertação da exploração feudal e em conjunto, o crescimento das cidades, fez com que o capitalismo começasse a entrar no debate econômico.

No entanto, uma vez que se reconhece o enfraquecimento do feudalismo como fator fundamental para a consolidação do capitalismo, pode-se debater acerca deste e alguns pontos em sua trajetória. No entanto, antes de abordar tais pontos, vale ressaltar

o que, de fato, o capitalismo propõe. Logo, para tal debate, Ellen Meiksins Wood se torna indispensável, uma vez que apresenta diferentes análises do surgimento do capitalismo em sua obra “A origem do capitalismo” (1999). No entanto, para adentrar a temática, a autora apresenta o capitalismo como sendo um modelo “em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana é uma mercadoria à venda no mercado” (p.9), além do mais, que a competição e maximização do lucro são essenciais. Dessa forma, é possível pensar que o capitalismo tem por definição a valorização do lucro em seus processos e, em conjunto a isto, a desvalorização da condição humana, uma vez que a mesma se torna uma fonte de lucro.

Portanto, tendo tal conceituação em mente, se verifica de que forma o capitalismo originou e como ganhou espaço na pauta econômica. Ainda segundo a mesma autora, compreender a origem do modelo significa também compreender as particularidades que o envolvem para poder definir o porquê de sua origem. Logo, pode-se considerar alguns pontos que a autora traz como sendo importantes para o debate: o capitalismo como sendo sempre uma oportunidade para compra e venda de forma livre, e também, a compulsão.

Tendo em vista tais aspectos, a autora apresenta algumas explicações para o surgimento de tal modelo. Ainda que critique essa explicação, a autora traz como sendo o fenômeno principal para o surgimento através de um “avanço natural”, isto é, que a humanidade tenderia a utilizar o modelo capitalista. Para ela, não se pode considerar a origem do capitalismo como sendo natural, pois, uma vez que se naturaliza tal questão, se nega também todos os fatores que o envolveram, como por exemplo, a negação do processo histórico e político que envolve tal sistema.

Contudo, ainda que haja tal crítica e que a definição da origem seja de fato complexa, a autora apresenta que em todos esses modelos que se mostram como uma resposta ao contexto histórico, tem-se que nesses:

[...] modelos, quando muito, é o feudalismo que representa a verdadeira ruptura histórica. A retomada do desenvolvimento comercial, iniciada nos interstícios do feudalismo e rompendo suas restrições, é tratada como uma grande mudança na história da Europa, mas aparece como a retomada de um processo histórico que sofrera um desvio temporário - ainda que drástico e por um período bastante longo. Esses pressupostos tendem a apresentar um outro corolário importante, qual seja, o de que as cidades e o comércio eram, por natureza, antitéticos ao

feudalismo, de modo que seu crescimento, como quer que tenha ocorrido, solapou as bases do sistema feudal (WOOD, 1999, p.24).

Logo, a partir deste, tem-se que o capitalismo surgiu como consequência do enfraquecimento do feudalismo e com a ascensão da valorização da compra e venda visando o lucro.

Contudo, tendo tal definição, sabe-se que nas discussões voltadas ao capitalismo não se pode deixar de mencionar Marx e suas contribuições para o alavancamento da temática, visto que o autor apresenta algumas ideias diferentes acerca da origem do capitalismo. Em “O Manifesto Comunista”, ele traz que o capitalismo, de alguma forma, já existia no feudalismo. Por outro lado, Marx apresenta outra abordagem no “Capital”, em que neste ele valoriza a questão da mudança das relações de propriedade (WOOD, 1999).

Portanto, ainda que não se possa delimitar uma data em específico, pode-se considerar que o capitalismo surgiu em meados do século XV, em que o sistema feudal vinha perdendo sua força. Também vale reforçar que o mesmo surgiu a partir de novas relações de trabalho e da ascensão da relação de compra e venda que objetivavam o lucro, ou seja, tal modelo surgiu como forma de atender a tais demandas proporcionadas pelas novas relações de mercado e trabalho que estavam se levantando.

Ainda acerca destas novas relações de trabalho, Engels e Marx (2000) mencionam que com a ruína do feudalismo, foram possibilitadas “novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar da antiga” (p. 46), ou seja, ainda que um novo modelo estivesse sendo posto, para o proletariado, a luta de classes continuava sendo o alvo desta disputa. No entanto, os mesmos autores complementam que, em meio a todas essas transformações, a principal forma de luta, neste contexto contra a burguesia, era o fato de lutar pela própria existência. Mediante a isto, a categoria trabalho surge como representação dessa luta, de forma que a mesma é constatada tanto no feudalismo quanto no capitalismo.

4.1.1. Desigualdades em decorrência do capital

A partir da análise do surgimento do capitalismo, pode-se compreender de forma mais clara como a desigualdade social se aprofundou no sistema vigente. De acordo com

dados da Oxfam (2020), a desigualdade fica explícita quando se verificam alguns dados. Segundo a mesma, em 2019, os bilionários do mundo possuíam mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas, e, vale mencionar que estes representavam somente 2.153 pessoas. Outro dado alarmante acerca do tópico “riqueza” é que 1% mais rico do mundo possuía mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas. Logo, quando se nota os números recentes acerca da apropriação de riqueza, pode-se compreender de que forma a desigualdade social se aprofunda no capitalismo.

No Brasil, por exemplo, uma das formas mais evidentes da desigualdade ocasionada pelo capitalismo, é a insegurança alimentar. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN (2022), de novembro a abril de 2022, havia 33,1% de pessoas sem ter o que comer. Com isso, não se pode deixar de mencionar que este número representa diversas violações de direitos e também o negacionismo do Estado para com o olhar das desigualdades, isto é, além do número da fome ser muito elevado, ele também carrega diversas outras desigualdades que são representadas por classe, cor e gênero, que serão discutidas mais adiante neste trabalho através da análise da SIS.

Marilena Chauí (2008), complementando a problematização da desigualdade social, parte da ideia de sociedade autoritária. A autora apresenta que os dominantes, ou seja, todos aqueles que exercem poder sob a grande massa da sociedade, tendem a agravar a desigualdade através do domínio do poder, e, por sua vez, a sociedade se apresentando como:

uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência. Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outras, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor. Isso significa que as pessoas não são vistas, de um lado, como sujeito, autônomas e iguais, e, de outro, como cidadãs e, portanto, como portadoras de direitos, (CHAUI, 2008, p.70)

Dessa forma, quando se verifica as relações de poder no contexto atual, não se pode negar que as mesmas agravam a desigualdade através da centralidade do poder, que é também uma das consequências do capitalismo. Se faz oportuno também lembrar o que foi mencionado no tópico anterior acerca das abordagens do capitalismo conforme Wood (2009) traz, ou seja, o capitalismo enquanto valorizador da apropriação da

capacidade humana, logo, tomando poder também, da condição de suas vulnerabilidades.

Uma vez que se analisa o sistema do capital enquanto responsável pela condição humana, pelos resultantes do agravamento das vulnerabilidades e da desigualdade social, pode-se verificar a relação que as mesmas possuem. Ainda de acordo com a crítica que Chauí (2008) traz, no sistema vigente, as vulnerabilidades são tratadas de forma imediatista e generalista. Acerca da condição de pessoas que estão em situação de rua, por exemplo, a autora apresenta que a “existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos “miseráveis” (p.74). A existência de crianças de situação de rua é vista como “tendência natural dos pobres à criminalidade”. Logo, não se pode desvincular a discussão do capitalismo com as desigualdades que foram geradas a partir da mesma.

Como já mencionado anteriormente, o capitalismo traz uma clara segmentação dentro das relações de trabalho, onde há aqueles que são os donos dos meios de produção e os que têm apenas a mão de obra para sua sobrevivência. Dessa forma, pode-se compreender as desigualdades que acontecem dentro da exploração do trabalho nesse contexto (MARX, 2004). Portanto, frente aos números apresentados sobre a apropriação de riqueza e a concepção que se tem acerca do agravamento das vulnerabilidades no sistema capitalista, a desigualdade social se torna uma pauta central no que diz respeito ao tema.

Com a centralidade do poder e a dominação da capacidade humana, o sistema ignora os aspectos sociais e se volta a economia. Com a valorização do capital em todos os processos, a desigualdade social, por sua vez, não ganha espaço no debate, pois para o capital, este tópico se torna meramente um “detalhe” quando se defende o ganho total independente dos aspectos que o envolvem. Portanto, é por isso que a necessidade em se discutir o tópico da desigualdade social e sua relação com o trabalho no capitalismo se faz indispensável.

4.1.2 Meritocracia e o capitalismo

Com a desvalorização das relações humanas posta pelo sistema capitalista, surge a concepção da apropriação de riqueza produzida socialmente. Isto nada mais é do que

a efetivação do lucro como objetivo. Neste aspecto, o capital se apropria de toda e qualquer vantagem econômica que a classe trabalhadora produz, abrindo assim, um grande abismo entre “trabalhar para enriquecer” e “trabalhar para enriquecer outrem” (CATTANI, 2009).

Luz (2008) apresenta outra crítica ao descrever o estranhamento do trabalhador ao trabalho que ele fez.

O trabalho torna-se somente um meio de subsistência, ao qual o trabalhador deve recorrer, se quiser garantir sua sobrevivência. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador. Da mesma forma, os objetos produzidos não pertencem ao trabalhador e dele são estranhos. Ele não se reconhece neles, e os toma como algo que o ultrapassa em valor. Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos objetos que produz (LUZ, 2008, p. 32).

Marx (2004) também apresenta uma crítica a questão do estranhamento ao trabalho de modo que afirma que a divisão do trabalho e a mecanização dos processos deixam os processos dependentes, no entanto, distantes, de forma que gera concorrência do trabalhador com a própria máquina, haja vista que nesse contexto, o trabalhador também é visto como uma. Além disso, como resultado dessa concorrência, o proletariado luta cada vez mais pelo seu espaço através da obsessão pela riqueza. Dessa forma, percebe-se que o capital tende a não tornar o trabalhador digno de desfrutar do trabalho que realizou, uma vez que não o faz para si, mas sim, para apropriação dos donos dos meios de produção. Logo, uma vez que existe esta crítica do trabalhador não poder usufruir dos resultados de seu trabalho, se faz necessário debater a meritocracia.

Segundo Mazza e Mari (2021), a origem da meritocracia pode ser verificada a partir das contribuições de Michael Young (1958). O autor descreve, a partir de uma fábula, a reforma da educação inglesa no século XX e como a Grã-Bretanha se adaptou em uma nova organização social partindo do mérito. Nesta organização, o esforço e capacidade individual eram fatores decisivos para o alcance de posições de poder e influência na sociedade, dessa forma, o governo conseguia selecionar em meio a um grande número de pessoas aqueles que se “sobressaiam” no que diz respeito à competência. Para complementar a definição de meritocracia de acordo com Young, vale ressaltar que o Dicionário Michaelis (2021) diz que pode ser conceituada a partir da

administração, de forma que os cargos são conquistados segundo o merecimento; a partir da valorização do conhecimento e da competência.

Entretanto, além dos conceitos apresentados anteriormente, Antonio Gramsci se torna indispensável para tal debate. O mesmo traz importantes contribuições acerca de ideologia, hegemonia e linguagem. De acordo com Schlesener (2016), tais conceitos se fazem essenciais para o debate, pois:

[...] a questão central é compreender as dimensões da ideologia com a implementação de novos mecanismos de sustentação da hegemonia e da dominação capitalista com as novas tecnologias de comunicação de massa. Aprender a dimensão histórica das novas estratégias de dominação que se efetivam no processo cultural e comunicativo a partir da inserção de novas tecnologias de comunicação que alteram o processo cognitivo e sensitivo que minam as condições de formação de um pensamento autônomo e, conseqüentemente, de criação de experiências coletivas (SCHLESENER, 2016, p. 14)

Ou seja, são a partir dessas dimensões que Gramsci debate a ideologia. Nos estudos Gramscianos pode-se perceber a grande crítica que se ergue acerca do capital e as formas de dominação estabelecidas por ela. Logo, quando se verifica que a ideologia está relacionada à execução de poder, não se pode deixar de discutir a dominação de poder que permeia esse tópico.

Schlesener (2016) diz que a linguagem é “veículo de difusão de uma ideologia unificadora, por meio da fragmentação do pensamento ou pela divulgação de elementos dispersos e parciais, que escondem as desigualdades sociais e culturais” (p.16), isto é, que a difusão de tal ideologia influenciada pelo senso comum tende a negar os demais aspectos que a envolvem.

Complementando o que Gramsci aborda, Chauí (2008), define em sua obra “O que é ideologia”, que a ideologia é “é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”, (CHAUÍ, 2008, p. 7), ou seja, que a ideologia não leva em consideração os acontecimentos de forma verdadeira, uma vez que seus objetivos não permitem identificar a Questão Social e analisar partindo da mesma. Dessa forma, a relação apresentada por Gramsci e Chauí contribui para debater acerca compreensão de ideologia e de que forma ela é introduzida nas relações de poder.

Assim como já foi abordado anteriormente, a meritocracia ganha mais visibilidade na era capitalista, no entanto, Chauí (2014) apresenta uma perspectiva importante para

se analisar esse tema, ou seja, a perspectiva da “Ideologia da Competência”. Para trazer suas considerações, a autora traz “A gênese da ideologia na sociedade moderna”, de Claude Lefort. Neste, relembra como era a ideologia burguesa, isto é, ideologia que era acompanhada por caráter de poder e afirmação do mesmo através de instituições que o executam, como por exemplo, família e Estado.

Além destes aspectos mencionados anteriormente, ela complementa que os que executam, neste modelo, são os incompetentes, já os que administram o processo, os competentes. Logo, com esta divisão, fica explícita a divisão de classe e a aplicação do modelo de organização. Acerca deste, Lefort define agora como “a ideologia invisível” sendo a própria consolidação da organização. Em contraponto da definição do filósofo, Chauí (2014), considera que:

[...] em vez de falarmos em ideologia invisível, preferimos falar em ideologia da competência, que oculta a divisão social das classes ao afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas) (CHAUI, 2014, p. 105).

Ainda Chauí (2014), vale ressaltar também ao que tange a competência individualizada, ou seja, todos os seres enquanto sujeitos individuais, ainda que seres que convivam em sociedade. A mesma também diz respeito a valorização da ideia de conseguir realizar as atividades mais simples até as mais complexas através do esforço e da capacidade de realização pessoal.

Dando continuidade, já na década de 30, pôde-se perceber algumas transformações na sociedade, bem como a forma e relação de poder. Neste momento, o modelo fordista estava sendo instituído, e com ele, em decorrência dos processos de novas relações sociais, o modelo de organização. Contudo, para compreender de forma mais clara a relação da competência com o capitalismo, se faz necessário trazer alguns aspectos do modelo mencionado. De forma breve, Chauí (2014), traz alguns aspectos acerca do mesmo: organizar e administrar; organizações possuem hierarquias bem consolidadas e acompanhadas da ideia de crescer na posição através da identificação com a mesma e as relações ali estabelecidas; e por fim, organizações possuem conhecimento das ações e das pessoas competentes para executá-las.

Complementando o que a autora apresenta, Jessé de Souza (2009), discute um pouco sobre as condições e cultura da competição que existe na sociedade brasileira. O

autor aborda que o neoliberalismo constitui uma realidade em que “o ‘fracasso’ dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual”. Entretanto, o debate da meritocracia se encontra em meio a tais discussões atuais, ou seja, tendo a valorização da competência individual e, em contrapartida, as inúmeras desigualdades sociais que não permitem que os indivíduos possuam as mesmas condições e acessos para tal “competição social”. Contudo, esse debate frente a esta competição acarreta na concepção do fracasso, gerando inúmeras desigualdades no campo do “merecimento do sucesso”.

Logo, frente a tais considerações, percebe-se que não se pode discutir acerca da meritocracia de forma imediatista, haja vista que são diversos aspectos que a envolvem e fundamentam seu debate. Portanto, a partir das considerações trazidas e de alguns aspectos necessários para a construção da temática, pode-se considerar a relação do capitalismo para a valorização da ideia da meritocracia e da competência a partir do modelo de organização vigente.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o objetivo de verificar as condições de vida da população brasileira com base na ideologia meritocrática, foram buscados dados que sustentassem a discussão, dessa forma, encontrou-se a Síntese de Indicadores Sociais, de 2021. De acordo com a SIS (2021), tem-se cinco pontos que delimitam as condições de vida da população brasileira, ou seja – 1) a estrutura econômica e mercado de trabalho; 2) o padrão de vida e distribuição de renda; 3) educação; 4) habitação e 5) saúde. Portanto, a análise a seguir partirá do que foi evidenciado em tal documento.

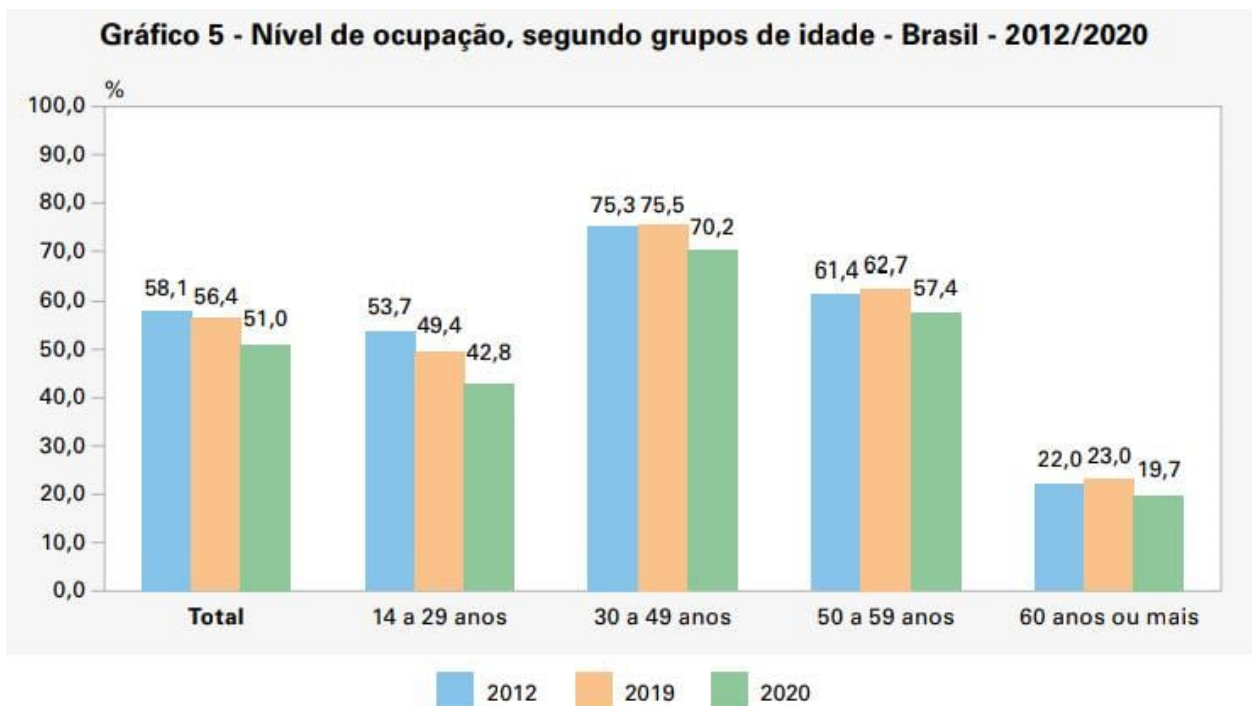
5.1 ESTRUTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

Acerca da estrutura econômica e mercado de trabalho, a SIS expressa significativo cenário desfavorável. De acordo com a mesma, “quase a metade da população em idade de trabalhar estava desocupada ou fora da força de trabalho em 2020” (p.17). Registrou-se diversas quedas de indicadores neste período, como por exemplo, a população ocupada sem carteira de trabalho e por conta própria. Logo, em plena crise sanitária, a

pobreza se enraizou ainda mais, gerando mais desemprego e pessoas sem nenhum tipo de renda.

Estima-se que, aproximadamente, divididos em categorias, o número de pessoas que perderam seus postos de trabalho em 2020 foi de 1,4 milhão no setor de comércio e reparação; em alojamento e alimentação, 1,2 milhão; e em serviços domésticos, 1,2 milhão. No entanto, além dos dados mencionados, vale ressaltar também os separando por grupos específicos, conforme reforçada a importância pelo IBGE. Compreende-se, portanto, a separação da análise do mercado de trabalhado por grupos de cor ou raça, sexo, nível de instrução e grupos de idade.

De acordo com os dados de nível de ocupação, segundo grupos de idade, em 2012, a faixa etária que mais estava ocupada era de 30 a 49 anos, que foi representada por 75,3%. Para exemplificar a queda dos indicadores em decorrência da pandemia, há uma comparação entre 2019 e 2020. Neste, identificou-se que em 2019, as pessoas entre 14 e 29 anos representavam 49,4% ocupadas, já em 2020 houve uma queda, isto é, foi para 42,8%. Na sequência, 75,5% das pessoas entre 30 a 49 anos estavam ocupadas, no entanto, também apresentou uma queda em 2020, ou seja 70,2%. Já ao que corresponde às pessoas entre 50 a 59 anos, o cenário não foi diferente: em 2019, 62,7% ocupadas e em 2020, 57,4%, conforme o gráfico a seguir:



Fonte: IBGE (2021)

Separados por sexo, sabe-se que as mulheres, não somente no ano de 2020, como também em todo o processo histórico de sua luta no âmbito do trabalho, apresentam significativo dado inferior quando comparado a ocupação de homens. Em 2020, o nível de ocupação dos homens foi de 61,4%, em contrapartida, o das mulheres, de 41,2%. Vale ressaltar ainda que as mulheres apresentam uma maior escolaridade, o que não assegura a equiparação à ocupação dos homens, mas faz com que os números de ocupação das mesmas não caiam ainda mais. A título de curiosidade, foi possível notar que as mulheres com ensino superior completo compuseram significativamente o índice de ocupação da categoria, sendo que foi de mais de 3 vezes mais do que as mulheres que não tinham instrução ou ensino fundamental completo, ou seja, as com ensino superior completo constituíram 70,2% e as sem instrução ou fundamental incompleto, 21,4%.

Todavia, quando se aborda acerca da escolarização da mulher, Jacinto e Mariano (2016) citam que o fator da desigualdade dos cargos ocupados por mulheres diz respeito à questão do mito do cuidado e amor que se impõe sobre a mesma, logo, evidenciando isto nos postos de trabalho. Na categoria de serviços domésticos este dado fica

exemplificado com clareza, ou seja, 4,9% milhões de pessoas realizavam esses serviços, no entanto, 4,5% milhões eram retratados por mulheres, e isto também se dá ao fato da questão histórica, assim como os dados de mulheres no trabalho.

Ferreira (2017) pontua este fato como uma reprodução social em que há a divisão sexual do trabalho, e que, nesse contexto, assim como concorda com as autoras citadas anteriormente, as mulheres ficam com trabalhos no que se referem aos cuidados e afazeres domésticos. No entanto, enquanto as mulheres dominavam as atividades de serviços domésticos, os homens, por sua vez, a categoria de construção. Em 2020, registrou 6,2 milhões de pessoas, sendo que 6,0 milhões eram homens.

Sousa e Guedes (2016) trazem uma outra perspectiva acerca desta discussão, eles mencionam que o afazer doméstico realizado pelas mulheres começou a ser discutido há pouco tempo como um trabalho, portanto, ainda que de forma gratuita, é responsável por uma sobrecarga na figura da mesma, uma vez que a perspectiva histórica apresenta como sendo a única responsável por executar este tipo de trabalho. Sabe-se que este fator da sobrecarga apresenta para mulher duplas e triplas jornadas de trabalho, sendo que esta invisibilidade acarreta em uma desigualdade ainda mais agravada entre a categoria sexo. Logo, quando se discute as subdivisões por atividades realizadas, compreende-se que a divergência nas atividades executadas por homens e mulheres revela a desigualdade de gênero no país.

Em relação a divisão por cor ou raça, a pesquisa menciona um importante ponto, ou seja, a segregação racial no mercado de trabalho. Neste tópico levantou-se que em 2020, pretos e pardos representaram mais as atividades de agropecuária, construção e serviços domésticos. Já os de cor ou raça branca, predominaram as atividades de informação, financeira e outras atividades profissionais e administração pública, educação, saúde e serviços sociais.

Nunes e Santos (2016) consideram que esta segregação no mercado de trabalho pode ser denominada de “ciclo de vantagens acumulativas” que dificulta a mobilidade social devido ao racismo estrutural no país, ou seja, em decorrência a este racismo estrutural, as pessoas de cor ou raça preta ou parda, possuem mais dificuldade de se mover para outros tipos de trabalho, de forma que os filhos destes, na grande maioria das vezes, executam o mesmo trabalho dos pais. Este fator também está relacionado ao

período de escravidão vivenciado no país, de forma que apresenta o racismo e a desigualdade racial como consequência.

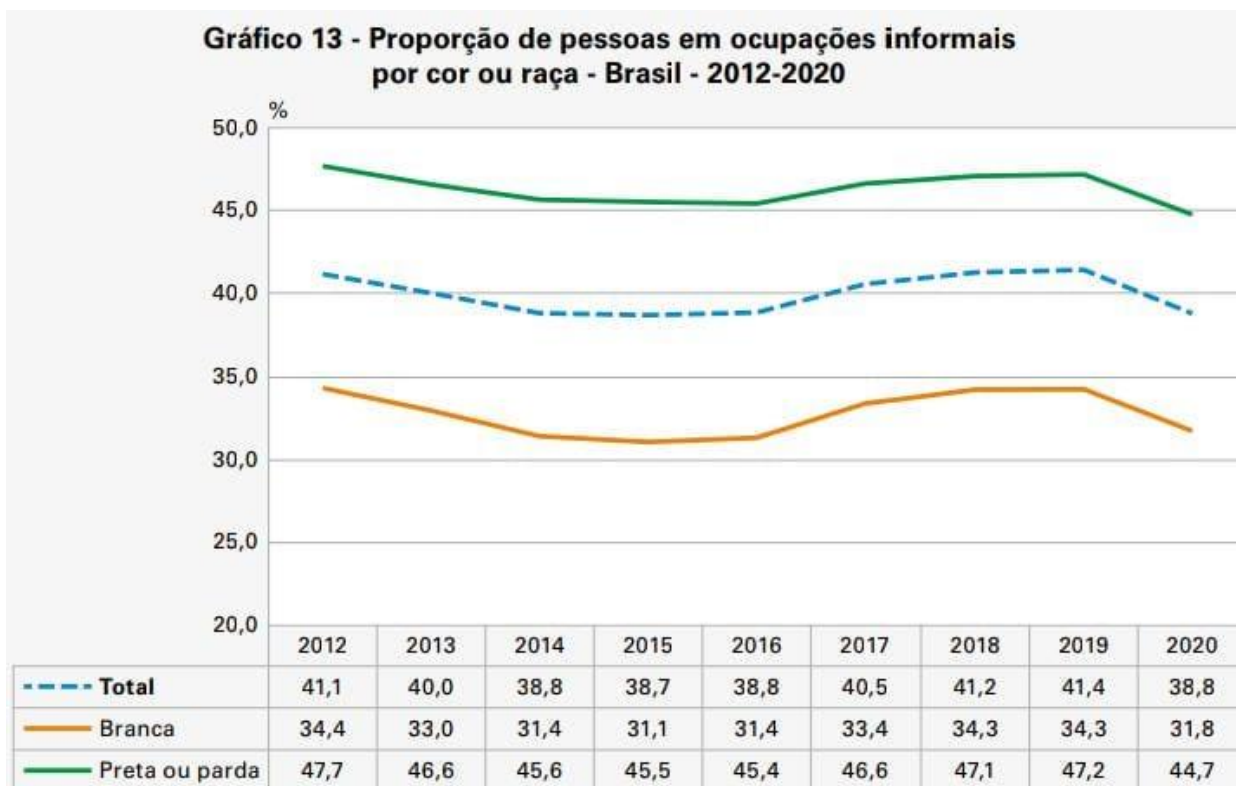
Neste âmbito, também é possível ver este ciclo presente nas atividades que mais possuem pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, ou seja, atividades de agropecuária, construção e serviços domésticos, por outro lado, a que mais possui pessoas com no mínimo o ensino superior é a atividade de administração pública, educação, saúde e serviços sociais e informação.

No entanto, para o complemento da análise, tem-se que os sem instrução ou ensino fundamental incompleto são majoritariamente de cor ou raça preta ou parda, e executam, em sua grande maioria, atividades que correspondem a serviços braçais e de serviços diretos a outrem. Enquanto os que ocupam o extremo dessas atividades, ou seja, os que executam as atividades de administração pública, educação, saúde e serviços sociais e informação, financeira e outras atividades profissionais, são brancos e possuem, em sua grande maioria, no mínimo, o ensino superior. Portanto, percebe-se com clareza a relação de ocupação, escolaridade, raça ou cor.

Além de tais análises, os rendimentos do trabalho são um fator crucial para a análise das desigualdades no país em 2020. Neste pode-se notar que a população ocupada de cor ou raça branca, não diferente dos outros dados de desigualdade analisados anteriormente, ganhava mais do que a população de cor ou raça preta ou parda, ou seja, em termos de rendimento, a primeira ganhava, aproximadamente, 70% a mais que a segunda. E em relação a categoria sexo, os homens ganhavam, aproximadamente, 28% a mais que as mulheres.

Ainda na esfera do trabalho, o Brasil registrou um alto índice de pessoas que trabalham na informalidade. Para esse, constatou-se que a maior parte das pessoas que exercem trabalhos informais moram nas regiões de Norte e Nordeste, sendo que, respectivamente, representaram 59,1% e 53,1% de pessoas na informalidade. Entretanto, o padrão que já foi verificado na análise dos tópicos anteriores e que se mantém neste é que majoritariamente os que estão nessas atividades são pessoas de cor ou raça preta ou parda, no entanto, esse padrão se repete há muitos anos. Para ter um recorte desse padrão, pode-se ver, por exemplo, que em 2018, o índice de pessoas de cor ou raça preta ou parda na informalidade era de 47,1%; em 2019, 47,2% e em

2020, 44,7%. Já o de pessoas de cor ou raça branca, em 2018 e 2019 34,3%, e em 2020, 31,8%.



Fonte: IBGE (2021)

Tal dado não é por ordem do acaso, mas sim consequência da desigualdade histórica do país, em que pessoas de cor ou raça preta ou parda predominam trabalhos informais, de nível baixo de instrução ou nenhuma e de atividades braçais, enquanto pessoas de cor ou raça branca predominam nos trabalhos de carteira assinada, com maior nível de instrução e atividades que requerem uma maior escolaridade. Logo, assim como reforça a pesquisa, o ano de 2020 demonstrou que a escolaridade é um ponto determinante para o agravamento das desigualdades.

Contudo, quando se relaciona esses pontos mencionados, ou seja, a questão de gênero, raça e classe, tem-se a questão da interseccionalidade, que pode ser definida como “a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe” (CRENSHAW, 1989, apud HITARI, 2014, p. 62). A análise aqui trazida, expressa a questão interseccional de forma que é possível verificar tal relação de fatores. Compreende-se

este tópico a partir da Região Nordeste e Norte em que apresentou os dados mais desfavoráveis, de forma que os pobres, de cor ou raça preta ou parda estavam em uma qualidade de vida inferior aos que foram analisados nas demais Regiões do país sendo de cor ou raça branca.

Portanto, a questão interseccional se faz importante para a integração dos fatores que unem os aspectos da qualidade de vida, de forma que mensura aqueles que possuem uma qualidade de vida inferior devido a desigualdade histórico, no entanto, percebe-se o quanto os reflexos da desigualdade são intensificados nos aspectos de gênero, raça e classe.

Já acerca da desocupação, em 2020, é possível notar que cresceu em todos os grupos de idade. Já na categoria de desocupação por cor ou raça, segundo os níveis de instrução, tem-se que, em todos os níveis de instrução, os de cor ou raça preta ou parda tiveram um maior nível de desocupação do que os de cor ou raça branca, isto representa um total de 11,1% de desocupação para cor ou raça branca e 15,9% para cor ou raça preta ou parda.

Contudo, assim como já mencionado neste estudo, não se pode negar o fato de que a Covid-19 trouxe pontos novos de análise. Logo, se faz oportuno mencionar a PNAD Covid-19, que é uma pesquisa experimental elaborada pelo IBGE a fim de analisar as particularidades postas pela pandemia. Ela trouxe consigo a análise de trabalho e saúde dos brasileiros, dentro do período de maio a novembro de 2020. No entanto, os dados apresentados possuem o objetivo de acrescentar a discussão pois trazem uma nova perspectiva, ou seja, a partir do quantitativo de pessoas afastadas em decorrência do afastamento social e de pessoas que realizaram trabalhos remotos.

Em relação ao número de pessoas ocupadas, mas que estavam afastadas do seu posto de trabalho por causa do distanciamento social, tem-se que, em maio, 6,8 milhões de pessoas continuaram recebendo seu salário, em contrapartida, 8,9% deixaram de receber. Este foi um importante cenário para a queda do rendimento das famílias, tendo em vista que, em alguns casos, a única pessoa que obtinha renda, por vezes, era a que precisou deixar seu posto e não estava sendo remunerada.

Acerca do trabalho remoto, a pesquisa revelou que 10,3% das pessoas ocupadas exerceram trabalho de forma remota, sendo que destas, 31,1% possuíam ensino

superior, que foi o maior indicador. Em contrapartida, a escolaridade que registrou o menor índice foi a da categoria de sem instrução ou fundamental incompleto, ou seja, 0,5%.

Portanto, o padrão visto até aqui se repete também nos dados específicos da pandemia, isto é, as pessoas com menos escolaridade, geralmente, atuam com atividades que precisem ser executadas manualmente, logo, foram os primeiros a serem afetados, tendo em vista que não podiam executar o seu trabalho de forma remota, como consequência, acabaram não sendo remunerados também.

Contudo, diante dos dados apresentados acerca da estrutura econômica e mercado de trabalho percebe-se que embora a pesquisa tenha sido feita por diversas etapas e categorias, elas se complementam quando a análise das mesmas é feita. Nota-se a relação primordial que a ocupação e a atividade executada, o nível de instrução, o sexo, a idade, a região em que mora, a cor ou raça, são fatores que estão intimamente ligados para a compreensão dos rendimentos e qualidade de vida de um brasileiro.

5.2 PADRÃO DE VIDA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Na sequência, tem-se a análise do padrão de vida e distribuição de renda, que é primordial para a análise das desigualdades. Neste também se faz importante a análise de forma separada por sexo, cor ou raça, grupos de idade, etc., assim como foi feita a análise anterior. Vale salientar que essa divisão parte do entendimento de que conforme tais classificações, é possível encontrar diferentes expressões da Questão Social.

Para as discussões da temática distributiva, 2020 trouxe um ponto novo. Uma vez que por causa do isolamento social muitos trabalhadores tiveram que deixar seus postos de trabalho compulsoriamente, alguns destes também não tinham acesso a outro tipo de renda senão essa a qual estavam restritos de acessar. Portanto, como forma de suprir o mínimo das necessidades básicas desses brasileiros, foi criado o Auxílio Emergencial (Lei n.13.982, de 02.04.2020)⁴. Assim como é de saber-se, o Auxílio foi direcionado a pessoas conforme se enquadravam na regra de renda e grupo familiar.

⁴ Para mais informações, acesse: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em: 11 out. 2022

Além deste, também foi criado o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei n. 14.020, de 06.07.2020), que diferente do Auxílio, surgiu com duas opções, ou seja, uma forma de garantir o vínculo empregatício daqueles que não podiam trabalhar de forma integral, sendo assim foi regulamentado através da redução da jornada de trabalho, assegurando a renda; e num segundo caso em que houve a suspensão do contrato de trabalho para acesso ao seguro desemprego. No entanto, notou-se que as regiões que mais acessaram os programas foram Norte e Nordeste, que são as regiões mais marcadas historicamente pela vulnerabilidade econômica e social.

Por estes serem os programas mais recentes, a visibilidade dos mesmos foi maior em 2020, mas não se pode negar que diversos outros foram utilizados a fim de realizar transferência de renda, como por exemplo o Programa Bolsa Família, que se classifica como não contributivo. No entanto, indiferente do tipo de programa que a população acessa, se caracteriza como forma de garantir a qualidade de vida dos mesmos através da proteção social, por parte do Estado. No Brasil, essa forma de proteção social é configurada pelo tripé da seguridade social⁵, ou seja, assistência social, saúde e previdência social.

Ainda acerca da importância que teve a distribuição de renda através dos programas que foram efetivados em virtude da pandemia, percebe-se que em 2012, o programa Benefício de Prestação Continuada (BPC), representava 39,6% da política distributiva; o Programa Bolsa Família (PBF) representava 50,7%; e outros programas de menor abrangência, 9,7%. No entanto, esse cenário foi completamente diferente em 2020, em que o acesso ao BPC representou 15,1%; o PBF, 5,6%; enquanto os demais programas sociais governamentais significaram 79,4% de todos os acessos a programas de transferência de renda. Portanto, não se pode negar a importância dos programas regulamentados na pandemia.

Acerca da importância destes, Cardoso (2020) apresenta que os programas de transferência de renda auxiliam diretamente na redução da pobreza e, além disso, na pandemia, foram indispensáveis para a manutenção do consumo e do bem-estar mínimo.

⁵ Saiba mais em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2022.

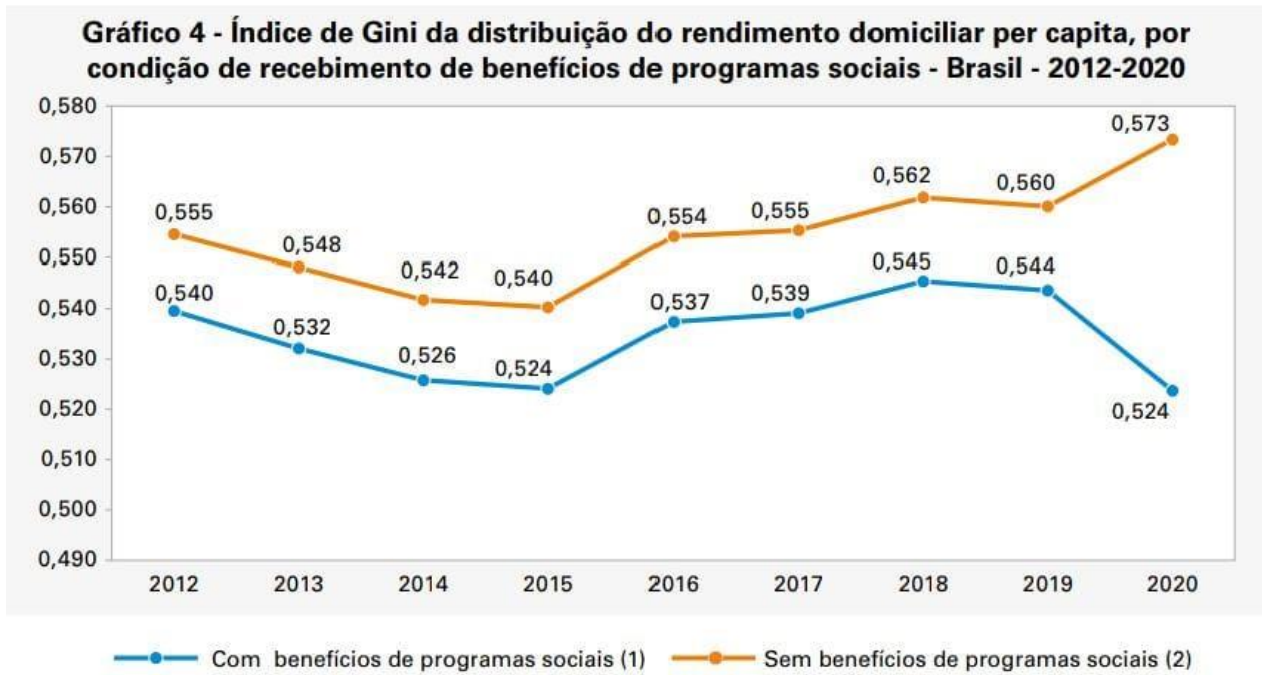
Todavia, a grande adesão ao Auxílio Emergencial em comparação ao Bolsa Família, está relacionada aos requisitos que ambos os programas apresentam. De acordo com Santos *et al.* (2019), para o acesso ao Bolsa Família, a família precisava firmar alguns compromissos voltados a educação, como por exemplo, as crianças e adolescentes em idade escolar, estar frequentando a escola. No entanto, já acerca do Auxílio, Marins *et al.* (2021) apontam que os requisitos para o acesso diziam respeito a “cumprir uma renda mínima, não estar no mercado de trabalho formal, não receber benefícios como seguro-desemprego ou outro suporte de renda”. Ou seja, o fácil acesso ao Auxílio em virtude dos requisitos estabelecidos também foi um fator determinante para a sua grande adesão⁶.

Partindo para a análise de rendimento, pode-se perceber mais um ponto em que revela o Norte e Nordeste como sendo as regiões em que a desigualdade mais se apresenta, isto é, esse ponto pode ser verificado na renda *per capita* em 2020 em relação às outras regiões. A região Sudeste indicou um rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$ 1.623; a Sul, R\$ 1.597; e a Centro-Oeste, R\$ 1.504; enquanto as regiões Norte e Nordeste, R\$ 896 e R\$ 891, respectivamente. Logo, verifica-se que as Regiões mais ricas também concentram as pessoas com maior renda.

Já no que faz menção a distribuição de renda, um dos indicadores mais importantes é o índice de Gini. Este indicador parte da junção das informações e dados acerca do tema de forma que faz a seguinte definição: a variação de 0 a 1, sendo que 0 significa perfeita igualdade e 1 completa desigualdade, ou seja, o índice de concentração de renda.

Para compreender de que forma o índice se apresentou em 2020, é válido verificar seu comportamento ao longo dos anos e se foi verificada alguma diferença quando houve a análise com e sem os benefícios de programas sociais. Através desta análise, verificou-se que, entre os anos de 2017 a 2020, independente do ano, com os benefícios promovidos pelo Governo, o cenário foi melhor em um contexto com os programas sociais. Portanto, reforça-se mais uma vez a importância dos mesmos.

⁶ No entanto, importante salientar que além dos aspectos de requisitos para acesso aos programas, estes também possuem prazos diferentes. Sabe-se que o Auxílio foi introduzido de forma pontual e durante a pandemia da Covid-19. Todavia, o PBF, é usado de forma contínua até que a família saia da situação de pobreza e desde que atenda os requisitos estabelecidos.



Fonte: IBGE (2021)

Partindo para a verificação das linhas de pobreza monetária e as populações consideradas pobres no Brasil, sabe-se que essa verificação acontece em duas etapas, ou seja, quem está abaixo da linha da pobreza e quem está acima. Esta verificação é feita a partir da análise da condição de rendimento das famílias, de forma que se constata o recurso monetário da mesma. Este indicador parte do valor estabelecido de renda *per capita*, de forma que, se abaixo, considera-se abaixo da linha da pobreza. Portanto, é a partir da verificação desses recursos familiares que a pessoa pode se inserir no BF por exemplo, ou seja, quando é considerada uma pessoa pobre.

No entanto, em 2020, 13,6 milhões de pessoas acessaram o programa, ou seja, 6,5% da população. No entanto, não fugindo do padrão já verificado, observa-se que a Região que mais acessou a este e aos demais programas de transferência de renda foi a Nordeste, vale ressaltar que na mesma foi constatada que 45,5% da população classificada como pobre se encontrava nesta região. Portanto, percebe-se que a região Nordeste se encontra em várias situações de vulnerabilidade.

Acerca dessas condições, Silva e Silva (2020) apresentam que a Região Nordeste, ainda que possuam a maior concentração de transferência de renda, não se faz o

suficiente para a garantia do mínimo para sobrevivência dessa população, logo, seria necessário também um maior investimento em educação e em saúde básica, melhoria no saneamento básico, investimento em insumos agrícolas, energia, transporte e serviços de comunicação. Portanto, a mínima transferência que é realizada pelo Estado somente mascara uma desigualdade ainda mais grave, uma vez que tal Região sofre além da questão econômica.

No entanto, outro padrão já verificado na análise dos dados anteriores e que se mantém neste é em relação a pobreza por cor ou raça e sexo. Observou-se que por cor ou raça, 31,0% dos pretos e pardos eram pobres, em contrapartida, os brancos, 15,5%. No entanto, quando se faz a análise de cor ou raça e sexo juntas, nota-se que a mulher preta e parda que apresenta o maior índice de pobreza, ou seja, 31,9%. Com isso, reforça-se mais uma vez o tópico interseccional, ou seja, a forma que inúmeras desigualdades se relacionam e agravam ainda mais a condição desfavorável para a condição de vida de uma pessoa, nesse caso, a intersecção de gênero, cor ou raça e classe, ou seja, mulher, preta ou parda e pobre.

Entretanto, a pesquisa reforça mais uma vez a importância dos programas de transferência de renda para que não se agrave ainda mais a pobreza. Com a análise do padrão de vida e distribuição de renda, se faz possível verificar o perfil dos pobres e de que forma o Estado se torna indispensável para a garantia da qualidade de vida da população. Portanto, é por esse motivo que não se pode deixar de debater tal figura e a classificação de renda das pessoas, pois estes são alguns dos principais debates ao se observar acerca da pobreza.

5.3 EDUCAÇÃO

Assim como os demais dados sofreram uma alteração devido a pandemia, os da educação não foram diferentes. Portanto, o ponto de partida que se tem para essa análise é de que, conforme a SIS, as aulas presenciais foram suspensas desde março de 2020, em que foi adotado o ensino remoto, e começaram a retornar gradativamente de forma presencial a partir de maio de 2021. Esta ação do fechamento das escolas partiu de uma orientação governamental que, quando comparada a outros países, percebe-se que o

Brasil foi um dos que mais permaneceram com a suspensão de qualquer tipo de atividade escolar presencial neste período.

Para esta análise foram verificados 210 países e nestes, foi constatado que 15 ficaram com as escolas fechadas por mais tempo que o Brasil. Países como: Japão, Suíça, França e Finlândia foram uns dos que ficaram fechados por um tempo menor, sendo respectivamente, 15, 30, 35 e 40 dias, em contrapartida, o Brasil ficou por 190 dias. Vale mencionar que neste contexto foram analisadas as redes que atendiam aos estudantes de ensino fundamental e médio.

Contudo, para uma análise Brasil adentro, a média de dias de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem no ano letivo 2020, por rede de ensino, segundo as Grandes Regiões se torna essencial. Em todas as Regiões a média entre os dias de suspensão para a rede privada e pública foi desigual, contudo, a que registrou a maior diferença foi a Região Norte. Na pública os dias de suspensão foram de 287,5 e na privada 202,6. A que teve a menor diferença de dias foi a da Região Sudeste, em que na pública registrou 273,2 dias em média e na privada 250,8. Através da análise também é possível perceber que a rede pública atende mais de 80% dos estudantes de ensino fundamental e médio, portanto, quando se verifica que os mesmos foram os que menos acessaram aulas presenciais no ano de 2020, surge um ponto de atenção.

Ainda no ano de 2020, 92,2% dos estudantes com idade entre 6 a 17 anos não tinham acesso a aulas presenciais, enquanto 2,4% tinham, e 5,4% tinham, porém, de forma parcial. Destes 92,2% que não contavam com aulas presenciais, 86,9% realizou total ou parcialmente atividades escolares de forma remota; 10,8% não recebeu qualquer tipo de atividade; 1,7% não realizou atividades e 0,6% estava de férias. Dos que não receberam qualquer tipo de atividade, 25,4% eram da Região Norte, por outro lado, no Sul, somente 2,3%.

Quando divididos pelas Unidades de Federação (UF), pôde-se perceber a grande diferença do acesso que os estudantes da rede pública e rede privada tiveram em 2020, é importante mencionar a discrepância que se teve nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Tocantins que apresentaram o percentual mais baixo de acesso da rede pública a aulas ao vivo mediadas pela Internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor, enquanto o da rede privada teve um número

consideravelmente maior. Na rede pública, as UF Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Tocantins, respectivamente, apresentaram o percentual de 8,1%, 9,9%, 13,2%, 13,3%, 18,9% e 20,0%. Já o acesso da rede privada a aulas ao vivo nas mesmas UF, significou 78,3%, 69,5%, 71,5%, 57,1%, 76,9% e 77%, respectivamente, ou seja, não se pode negar que o acesso à Internet e outros veículos de comunicação que a rede pública não possuíam, impactou diretamente no acesso às aulas, de forma que muitos estudantes não conseguiam acompanhar as aulas.

Ainda no que faz menção ao acesso dos estudantes, foi verificado também as horas diárias dedicadas ao estudo que os estudantes de 6 a 17 anos que frequentam escolas sem atividades presenciais e realizaram ao menos parte das atividades escolares disponibilizadas por número de horas diárias dedicadas à realização de atividades escolares. Da rede pública, 53,5% dedicou mais de 2 horas, enquanto o restante, dedicou menos de 2 horas. Já na rede privada, 78,2% dedicou mais de 2 horas e os demais, menos de 2 horas.

No entanto, este dado também pode ser influenciado por outro fator, que é a análise a partir de estudantes de 15 a 17 anos de idade com computador ou notebook e acesso à Internet em casa, por rede de ensino. Em 2019, foi verificado que na rede pública, 48,6% possuíam computador ou notebook e acesso à Internet em casa, por outro lado, na rede privada, 90,5%. Todavia, não foi realizada esta pesquisa em 2020 para comprovar as condições de acesso, no entanto, algumas escolas forneceram equipamentos para que o aluno pudesse acessar de forma remota as aulas. Dentre escolas públicas e privadas, a UF que mais forneceu foi o Distrito Federal (21,9%), enquanto a que menos disponibilizou foi o Amapá (3,2%).

Acerca das desigualdades de acesso que foram apresentadas pela SIS, discute-se uma nova perspectiva para esse tópico, ou seja, a desigualdade digital. Antes da pandemia, se reconhecia a necessidade do acesso à Internet e aos veículos de comunicação, mas pouco se reconhecia que o pobre tinha essa mesma necessidade. No entanto, durante a Covid-19, se revelou que, atualmente, o acesso à Internet e a infraestrutura adequada a mesma, se faz tão essencial quanto o acesso a uma educação de qualidade, tendo em vista que uma depende da outra (MACEDO, 2021).

Considerando que a pandemia trouxe consigo diversos desafios, também trouxe à tona desigualdades que outrora não eram analisadas conforme sua necessidade. No entanto, quando se verifica os dados levantados acerca da educação, percebe-se a diferença dos acessos que a rede pública e rede privada possuem. Logo, quando se considera estes aspectos na vivência de um estudante, não se pode ignorar que os mesmos afetam em seu aprendizado e capacidade de desenvolvimento profissional e pessoal. Ao se verificar as desigualdades sociais e econômicas, questiona-se a capacidade de competição social da população brasileira, isto é, uma vez que se há tamanha desigualdade no aspecto de qualidade de vida, sabe-se que este fator se reflete consequentemente nas oportunidades de cada indivíduo.

4.4 HABITAÇÃO

O quarto tópico trazido pela SIS é Habitação, em que é discutido acerca das condições de moradia dos brasileiros. O primeiro debate neste tema é sobre acessibilidade financeira, em que a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) se torna essencial, pois discute o impacto de tal acessibilidade no tipo de moradia. A pesquisa de 2017-2018 revelou que os brasileiros gastaram com aluguel o equivalente a 2,2% de seu rendimento monetário. A pesquisa ainda demonstrou que a população que mais gastava com aluguel era, justamente, a população que tinha os menores rendimentos, ou seja, como tinham menos rendimento monetário, grande parte deste era comprometido ao valor de aluguéis e outras despesas relacionadas à moradia.

Outro ponto importante verificado foi que os arranjos familiares compostos por mulheres sem cônjuge e com crianças de 14 anos comprometiam mais o rendimento monetário do que os arranjos familiares compostos por casais. Também se constatou que as famílias que possuíam domicílios próprios gastavam menos com os gastos que são relacionados à moradia, ou seja, a somatória do aluguel, condomínio, água e esgoto, energia elétrica e gás doméstico.

Quanto se faz o recorte do gasto por cor ou raça, observa-se que a população que mais comprometeu o rendimento monetário para os itens relacionados a moradia foi a população preta ou parda que, segundo a proporção das despesas familiares monetárias com itens relacionados a habitação, em relação ao rendimento familiar monetário,

segundo a cor ou raça, apresentou 8,8%, enquanto a população branca, 7,6, no ano de 2017-2018.

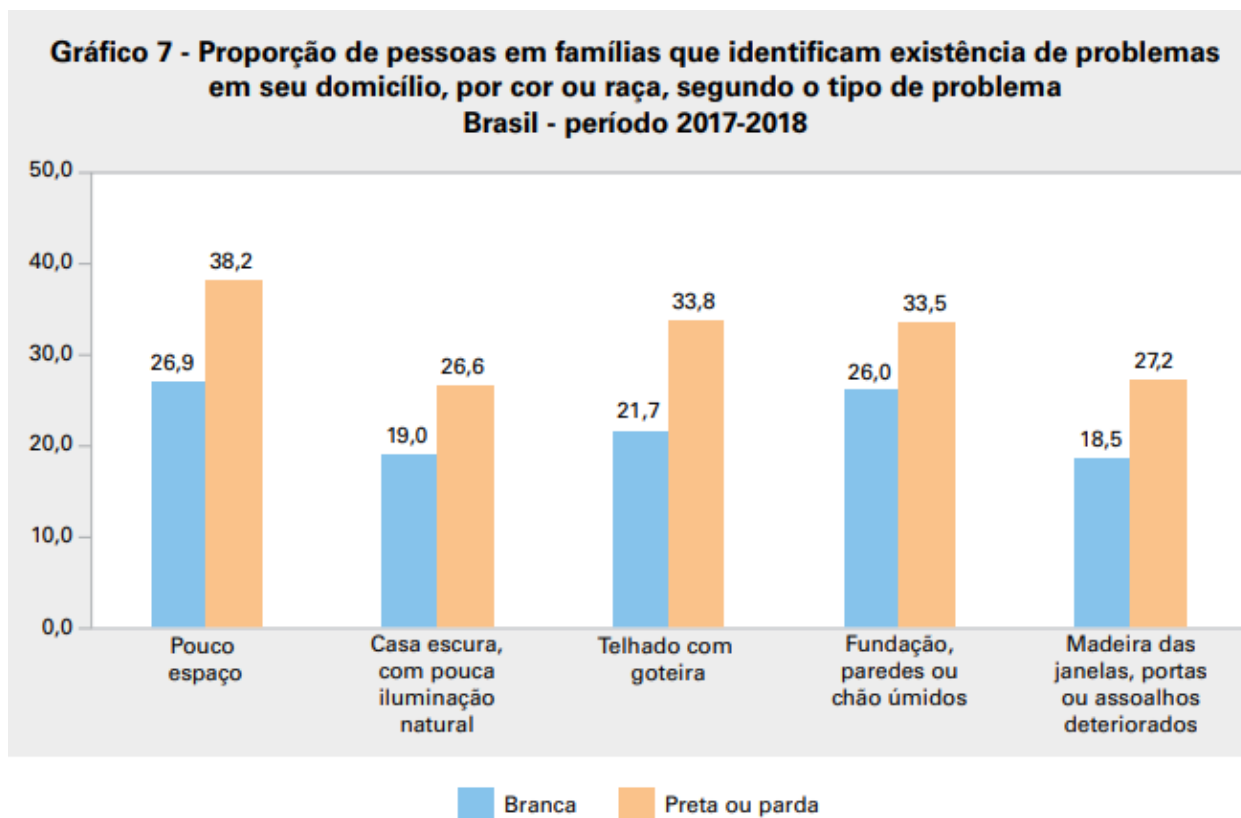
Ainda na análise deste mesmo período se confirmou que a população que mais atrasou os pagamentos de serviços relacionados a moradia, por cor ou raça, foram os pretos ou pardos; no quesito idade, os de 15 a 29 anos; e no de rendimento monetários os que mais atrasaram foram as pessoas que recebiam menor rendimento. A pesquisa revelou que esse atraso se deu, principalmente, por dificuldades financeiras. Vale ressaltar que tal quantidade de pessoas que atrasaram estes pagamentos representou 37,5% de toda população. Ainda no que tange ao atraso dos pagamentos, os arranjos familiares formados por mulheres sem cônjuge e com filhos até 14 anos representaram 54,1% dos atrasos, em contrapartida, para os casais sem filhos, somente 24,0%.

No que tange ao direito de habitação, a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 6º, traz que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, ou seja, dentre vários direitos garantidos pela CF, um deles, é a moradia. No entanto, uma vez que se trata de um direito estabelecido de forma igualitária a todos os brasileiros, se faz necessário questionar a desigualdade de acesso a moradia, uma vez que é influenciada pela qualidade de vida da população.

Acerca da acessibilidade econômica da moradia durante a pandemia de Covid-19., a PNAD-19 também se faz muito importante. Assim como já descrito anteriormente, a criação de programas neste contexto visou diminuir o agravamento das desigualdades sociais de forma a contribuir para que as famílias tivessem alguma renda. Sendo assim, a pesquisa mostrou que o Auxílio Emergencial se fez crucial para que não houvesse maior inadimplência do pagamento de aluguéis.

Todavia, além do pagamento em dia ou em atraso, também se faz válido verificar as condições dessas moradias, que é conceituado como habitabilidade. Através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada em 2017-2018, foi verificado que 28,3% da população tinha algum telhado com goteira; 30,2% possuía fundação, paredes ou chão úmidos; e por fim, que 23,3% com madeira das janelas, portas ou assoalhos deteriorados. Além disso, 33,2% declarou que residia em um local com pouco espaço.

No entanto, quando se verifica pelo recorte por cor ou raça, as que mais vivem nesses espaços são pessoas de cor ou raça preta ou parda, ou seja, independente das condições de moradia, estes foram os mais afetados por condições inadequadas, conforme é apresentado no gráfico a seguir.



Fonte: IBGE (2021)

A disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos é um outro ponto de atenção para o entendimento da qualidade de vida dos brasileiros no quesito moradia. Para isso a POF, levantou que em 2017-2018, a população com menor rendimento monetário era a população que tinha menos acesso aos serviços básicos para manutenção de moradia e condições da localidade.

A pesquisa apresentou que 13,8% destes não tinham acesso a água; 22,7% não tinham coleta de lixo; 46,7% não possuíam esgotamento sanitário; 20,3% sem iluminação de rua e 41,2% sem limpeza e manutenção de rua. No entanto, independente do serviço, dentre aqueles que possuíam acesso, os de menor rendimento estavam menos satisfeitos do que aqueles que possuíam maiores rendimentos.

A localização também é um fator determinante para a condição de moradia de um brasileiro, pois isto pode impactar no acesso à educação e emprego, por exemplo. Quando se trata do tempo percorrido até chegar ao emprego, tem-se como ponto de partida a população que leva mais de uma hora para completar o tempo de deslocamento. Verificou-se com a POF que em 2017-2018, a população que mais demorava para chegar ao trabalho era a de cor ou raça preta ou parda, que significou 18,1%. Acerca da posição da ocupação, foi verificado que mais de $\frac{1}{4}$ de todos os trabalhadores domésticos levavam mais de 1 hora para se deslocar até o trabalho. Uma hipótese que se levanta neste contexto é o fato da população preta ou parda e os trabalhadores domésticos morarem em lugares mais afastados dos grandes centros, o que impossibilita o acesso mais rápido ao trabalho.

Monteiro e Veras (2017) também reforçam o debate a partir da localidade em que a residência se encontra. Eles partem do fenômeno do êxodo rural⁷, considerando que, com a superlotação nos centros urbanos, houve o deslocamento de pessoas para as áreas marginalizadas da cidade. Todavia, esse deslocamento foi marcado por um grupo específico de pessoas, ou seja, os pobres. No entanto, os autores ainda mencionam que além do valor do aluguel que compromete boa parte do rendimento da população pobre, estes ainda são os que precisam arcar com maiores custos de transporte e acesso a serviços urbanos. Portanto, percebe-se que a questão habitacional, além de ser um fator para mensurar a qualidade de vida da população, também se expressa enquanto um determinante para a inclusão ou exclusão social, haja vista que é um facilitador ou restritor do acesso da população.

A questão da informalidade nos contratos locatários residenciais também se levanta como um ponto de alerta, a POF revelou que mais da metade da população locatária não possuía um contrato estabelecido fisicamente, mas sim, somente algum acordo verbal que era estabelecido entre duas partes. No entanto, separados por características selecionadas, a taxa de informalidade se mostrou mais presente no meio de pessoas pretas ou pardas, 58,7%; por Região, o Norte, com 66,8% das locações; e

⁷ Saiba mais em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

por rendimentos monetários, a população com menor rendimento foi a que mais estabeleceu contratos verbais, sendo 72,4%.

Contudo, quando se faz a análise geral dessas condições de locação, percebe-se o quanto as mesmas são também um fator indispensável para a análise da qualidade de vida da população brasileira. De modo geral, constatou-se que a população de cor ou raça preta ou parda, as mulheres sem cônjuge e com filho até 14 anos, e a população com menor rendimento monetário são as que possuem moradia em condições mais inadequadas para uma boa qualidade de vida.

4.5 SAÚDE

O último dado apresentado é o de Saúde. Sabe-se que todo cidadão brasileiro possui o direito de acessar os sistemas que possam garantir o direito à mesma. De acordo com o IBGE (2021), esses sistemas têm o objetivo de “...garantir a prevenção de doenças, ofertar serviços de cura e reabilitação, controlar e definir regras para a produção de alimentos, medicamentos, equipamentos...” (p.119). Portanto, não se pode negar o quanto importante se faz na vida dos brasileiros, principalmente aqueles que dependem única e exclusivamente do sistema público.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal sistema que garante o direito do acesso à saúde da população e é compreendido como não contributivo, gratuito e universal. Portanto, qualquer pessoa que precisar, pode acessá-lo sem nenhum tipo de custo ou pré-requisito. Todavia, mesmo que se trate de um direito efetivado, muitas famílias ainda precisam recorrer ao sistema privado para tratar questões de saúde, uma vez que o sistema não suporta toda a demanda trazida a ele. De acordo com Paim (2018), isto se trata da valorização que o Estado tem pelo sistema privado, ou seja, a ideologia da privatização. Para o autor, pode ser definido como um “boicote passivo”, em que há o subfinanciamento para o fortalecimento da rede privada, dessa forma, um plano para que o SUS perca aos poucos seu espaço como direito.

No entanto, para compreender melhor este gasto que as famílias brasileiras possuem para o acesso à saúde, pode ser verificada e classificada em despesas monetárias e não monetárias, ou seja

A POF segmenta as despesas em monetária e não monetária, sendo estas as despesas de bens e serviços adquiridos pelas famílias sem desembolso em dinheiro, quer dizer, as despesas ocorrem por doação, troca e, principalmente, pelo acesso gratuito a partir do sistema público, o que é uma forma de diminuir as desigualdades de acesso à assistência à saúde. O valor das despesas não monetárias é estimado pelas próprias famílias na ocasião do levantamento das informações (IBGE, 2021, p. 123).

Logo, tendo em vista esta definição, tem-se a análise de despesa monetária e não monetária média mensal *per capita* com saúde e proporção em relação ao consumo, segundo a situação de domicílio e características selecionadas, com base na POF 2017-2018. Quando separado por características selecionadas, percebe-se que por situação de domicílio, a urbana foi a que mais gastou, ou seja, R\$142,59, que é a média mensal *per capita*. Já por sexo e cor ou raça, mulheres brancas foram as que mais gastaram, R\$188,05. Por nível de instrução, as pessoas com ensino superior completo foram as que mais gastaram com saúde, R\$ 290,88.

Já acerca do percentual de pessoas que possuem plano de saúde, verifica-se que, no total, 26,0% da população possuía, sendo que 29,2% eram mulheres brancas e 37,1% homens brancos. Também é importante mencionar que destes que possuem o plano, 67,2% possuía ensino superior, em contrapartida, dos que eram sem instrução ou fundamental incompleto, somente 11,1%. No geral, é possível delimitar que, de acordo com o ano da pesquisa, 2017-2018, as características das pessoas que mais possuíam plano de saúde eram pessoas da zona urbana, mulheres brancas, pessoas com 60 anos ou mais e pessoas com ensino superior.

Além disso, através das respostas, foi possível averiguar que dos que não possuíam plano de saúde, a maior restrição era por falta de recurso financeiro. Quando se vê a partir do arranjo familiar, percebe-se que as famílias que mais tiveram restrição aos serviços de saúde foram os arranjos formados por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s), e de restrição a medicamentos, também foi o mesmo arranjo.

No entanto, além do debate do acesso ao serviço de saúde e medicamentos, também deve ser analisada as condições em que estes são ofertados. Para iniciar a discussão vale reforçar que de acordo com a Pesquisa realizada pelo Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), em 2020, havia 25.042 Unidades de Serviço de

Apoio de Diagnose e Terapia (SADT); 5.262 hospitais gerais; 945 hospitais especializados e 706 hospitais dia.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, em relação aos serviços oferecidos, percebe-se que o serviço particular, em alguns momentos, se mostra mais dominante que o SUS, como por exemplo no serviço ambulatorial, que o privado oferece 211.050 estabelecimentos, enquanto o SUS, 83.427. Nos estabelecimentos de SADT o privado também ultrapassa o público, ou seja, o primeiro significa 34.243, enquanto o segundo somente 24.312.

Essa questão também pode estar relacionada a privatização dos sistemas básicos de saúde e a ineficiência do Estado em suprir toda a demanda que a população tem. Sendo assim, como forma de garantir esse acesso, às organizações privadas ganham cada vez mais espaço. Vale ressaltar, no entanto, que nos serviços de internação hospitalar e no de urgência o SUS possui mais estabelecimentos que o particular.

Em relação aos leitos de internação disponíveis percebe-se que somando o público e o privado, no ano de 2019, era de 433.000, já em 2020, devido a Covid-19 houve um crescimento, alcançando 433.097. No entanto, também é possível ver um aumento na quantidade de leitos complementares em 2020, sendo que em 2019 o total era de 59.405 e em 2020, 79.038.

Outra análise que se pode fazer para se caracterizar o serviço de saúde no Brasil, tem-se a quantidade de profissionais de saúde, por atendimento ao SUS, segundo especialidades selecionadas. Em 2020, a especialidade que predominava no SUS em todo o território nacional era a de clínico geral (101.838), seguida por pediatra (30.196), médico de família (27.915), gineco-obstetra (13.769), anestesista (12.494), radiologista (8.027), cirurgião geral (7.936) e psiquiatra (5.755). No entanto, quando se verifica esses números, se faz importante ressaltar que há a concentração destes em determinadas Regiões, como o Distrito Federal, que em 2020 possuía a maior concentração desses profissionais.

Quando se relaciona os conceitos de acesso, atendimento e condição de saúde, também é possível ver de que forma as desigualdades se expressam a partir do acesso à saúde, de maneira que são classificados por características. Para essa análise, a coleta realizada pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) se torna uma referência. Esta

demonstrou, por exemplo, que no ano da pesquisa, em 2019, as pessoas mais afetadas pela questão de afastamento de suas atividades por motivo de saúde foram mulheres pretas ou pardas (10,9%) e pessoas com 60 anos ou mais. Logo, percebe-se a importância dos dados para que se possa traçar o perfil das pessoas que são mais afetadas pelo mau funcionamento do SUS.

Assim como mencionado, a demanda pelo serviço é uma das variantes para análise da qualidade do acesso a saúde. A pesquisa revelou que o grupo que mais buscou o serviço de saúde foi o de idosos, em que 27,5% procuraram pelo atendimento. O segundo grupo que mais registrou busca foi o de rendimento domiciliar *per capita* acima de 5 salários mínimos, em que 27,4% buscaram. A menor busca foi do grupo homens de cor ou raça preta ou parda, em que somente 13,8% procuraram pelo serviço, no entanto, a pesquisa mostrou que neste grupo, 20,3% estavam sem realizar uma consulta a mais de dois anos ou nunca haviam realizado uma.

A proporção de pessoas internadas, por tipo de atendimento ofertado, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita*, é possível ver dois extremos: de um lado, com 90,7%, as pessoas com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo predominavam o acesso ao SUS, todavia, do outro lado, as pessoas com mais de cinco salários mínimos, predominavam o acesso a rede de saúde privada, sendo 86,6%.

No entanto, além da menção ao acesso dessas pessoas, também se faz importante fazer um recorte a partir da taxa de mortalidade. Para a SIS, para que a taxa esteja dentro do esperado, ela deve ser alta entre os idosos, por conta do processo de envelhecimento, e baixa entre crianças, jovens e adultos. Para este levantamento, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) é a principal fonte de dados, pois este disponibiliza as informações como causa e número de mortes. Portanto, de acordo com o SIM, em 2019, o país registrou 1,3 milhão de óbitos, já em 2020, 1,6 milhão, é de se saber que o principal fator para o aumento desse número foi em decorrência da pandemia da Covid-19. No entanto, vale ressaltar que de acordo com o percentual por causa, segundo grupos de idade, o principal motivo de morte até 49 anos foi por causas externas, ou seja, agressões e violências, equivalente a 94,6 mil mortes. Entre 50 e 69 anos, a principal foi por neoplasias e doenças do aparelho circulatório, que somaram 204

mil mortes, e a partir dos 70 anos, o principal motivo das mortes foram por doenças no aparelho respiratório.

Fazendo a análise dessas mortes do percentual de óbitos, por sexo e cor ou raça, nota-se que os homens até 69 anos apresentaram um percentual de mortes maior do que as mulheres, sendo de 31,1% para os homens e de 17,5% para as mulheres. No entanto, em relação a cor ou raça, as mulheres pretas ou pardas apresentaram maior percentual que as mulheres brancas no grupo de idade menor que 69 anos, isto é, as mulheres pretas ou pardas significaram 9,5% e as brancas, 8,1%.

Quando se une essas questões que envolvem o serviço de saúde no Brasil, o debate vai além da estrutura ou quantidade de profissionais que existem para o atendimento. Percebe-se que a questão do acesso à saúde também é resultado das desigualdades sociais do país. No entanto, tem-se ciência que a saúde envolve uma série de fatores, como por exemplo, fatores biológicos ou qualidade de vida da pessoa. Todavia, não se pode negar que o contexto em que a pessoa está inserida é um fator central na qualidade de vida que terá e o acesso à saúde que poderá acessar.

Tal contexto que o indivíduo está inserido se relaciona diretamente com a questão de desigualdade econômica no país. A respeito disso, Demenech *et al.* (2020) abordam acerca do risco de infecção e morte na pandemia da Covid-19. Os autores afirmam que a desigualdade econômica foi um fator determinante para que as regiões com um Índice Gini maior apresentassem um número significativo de mortes de pessoas pobres, isto é, as regiões com maior desigualdade, tiveram um registro maior de óbitos por Covid-19, uma vez que o acesso a saúde da população foi precário neste período. Logo, compreende-se que a desigualdade econômica afeta o acesso e qualidade do serviço de saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se verifica o contexto histórico que envolve a ideologia do mérito, compreende-se que a sua construção ao longo do tempo foi resultado de uma série de fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Compreende-se também que a forte ascensão do capitalismo e o enfraquecimento do feudalismo se consolidou de forma clara

na sociedade, de maneira que valorizou a competência pautada nos princípios do neoliberalismo. No entanto, uma vez que se constata a valorização da competência na sociedade capitalista, percebe-se um outro ponto, ou seja, a desigualdade social.

A desigualdade social trouxe consigo a apropriação dos bens socialmente produzidos, isto é, ainda que muitos produzam, poucos acessam os frutos do trabalho realizado. A dominação através da execução do poder é um fator que agrava ainda mais a desigualdade, em que a sociedade fica dividida em superiores e inferiores, pobres e ricos, burgueses e proletários. Todavia, a mobilidade social é uma pauta que é questionada quando se vê tantos trabalhadores que morrem pobres, ou seja, não se trata do quanto é realizado um trabalho, mas sim, sobre quem se beneficia dos resultados do mesmo. Logo, é neste contexto que a meritocracia se encontra, ou seja, o acúmulo da responsabilidade no trabalhador para que ele alcance o seu sucesso e, por outro lado, a dificuldade para que este usufrua dos resultados do seu trabalho. Neste âmbito, o operário é reconhecido como incompetente e aquele que executa o poder, como competente.

Todavia, a desigualdade social também se mostrou de forma clara nas condições estabelecidas para qualidade de vida da população brasileira. De acordo com o IBGE, foi possível delimitar tal qualidade através dos fatores de acesso da população a serviços de educação e saúde, por exemplo. Contudo, ainda que sejam direitos positivados, a desigualdade do acesso se revelou através da SIS. Vale ressaltar que a SIS possuiu uma grande relevância no processo de construção desta pesquisa pois a mesma ilustra de maneira concisa as diferenças da população brasileira.

Percebeu-se que a interseccionalidade se revela de forma muito presente na luta das minorias e se mostrou de maneira clara nos dados da pesquisa. Os grupos compostos pelo sexo feminino, cor ou raça preta ou parda, e aqueles que possuíam os mais baixos rendimentos, foram os mais afetados as condições adequadas para uma qualidade de vida nos fatores de estrutura econômica e mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; educação; habitação e saúde.

Contudo, quando se verifica que tais grupos minoritários possuem diversas desigualdades em decorrência da série de explorações sofridas no decorrer do processo histórico, considera-se a ilegitimidade da pauta meritocrática, uma vez que para ser

legítima, as condições básicas de qualidade de vida da população deveriam ser distribuídas e acessadas por todos de forma igualitária.

Já no que se refere a figura do Estado, percebe-se que o respaldo teórico do liberalismo reforça a ideia da meritocracia, uma vez que se compreende que o indivíduo é o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. A ideia de responsabilidade individual compreendida aqui neste trabalho, verifica que o Estado tende a se ausentar enquanto garantidor de direitos, uma vez que fornece o mínimo de recursos para a subsistência da população e valoriza o aspecto do capital, ou seja, através consciência de que o indivíduo possui a responsabilidade de garantir o seu próprio sucesso, dessa forma, o Estado tira a responsabilidade de enfrentar as desigualdades nessa “competição”.

Havendo a compreensão de que o Estado brasileiro se baseia na ideia de responsabilidade individual de sucesso, as políticas públicas voltadas ao enfrentamento das expressões da Questão Social são insuficientes. Todavia, sabe-se que a Covid-19 trouxe consigo o agravamento das expressões, porém, quando se verifica os anos que antecederam a pandemia, os índices já não se mostravam adequados para uma qualidade de vida ideal para a vivência dos brasileiros.

Percebe-se que o Estado, representado pela figura do Presidente Jair Messias Bolsonaro no momento desta pesquisa, revelou fortemente a defesa da individualidade e da ausência do Estado na garantia de direitos. Diversas frases reafirmam esse pensamento do mesmo e que refletem em um país inteiro e, além da individualidade, pensamentos que ignoram a construção desigual que o país sofreu. “Que dívida é essa? meu Deus do céu. Um negro não é melhor do que eu nem eu sou melhor do que ele. Por que cotas?”; “porque os mais pobres têm bolsas [benefícios] que os estimulam a terem mais filhos. Então, gente sem cultura acaba tendo mais filhos para ganhar 70 reais por mês⁸.” Estas são duas das diversas frases ditas por uma figura que deveria compreender, mais do que ninguém, a desigualdade presente no país e suas raízes.

Além do presidente, sua equipe também revela o mesmo posicionamento. “Agora, contratar mais mulher porque mulher está na obra de infraestrutura, eu não entendi, né? Achei até que foi desmerecimento com os homens”, frase dita pelo Deputado Eduardo

⁸ Para ver mais frases ditas pelo presidente e sua equipe, acesse: <https://drive.google.com/file/d/1VdhjY8OKBRdx3hx2QzX5vo88yDKxiVX7/view>. Acesso em: 01 nov. 2022.

Bolsonaro. Estes, dentre outros posicionamentos que são expostos pela representação do Estado reafirmam o quão despreparados estão para criticarem a desigualdade social no país. Percebe-se que através desse despreparo, as políticas sociais são superficiais e ineficazes. Por esse motivo, o Estado tende a se tornar ausente e imputar a responsabilidade de sucesso ao indivíduo. Dessa forma, respondendo à pergunta inicial desse trabalho, ou seja, de que forma os dados revelam a ausência do Estado enquanto garantidor de direitos e se tal fato invalida a meritocracia.

Outro ponto que se faz importante considerar é a possibilidade de futuras pesquisas em tal temática. Assim como citado anteriormente, o presidente Jair Messias Bolsonaro, ainda que tenha uma postura que valoriza a ideologia meritocrática, foi eleito. Isso revela que, não somente o governo brasileiro defende tal pauta, como também os seus eleitores. Todavia, para possibilidades de futuras pesquisas, sugere-se a verificação do quanto a meritocracia está presente no pensamento da sociedade, de forma que facilita o processo de agravamento das desigualdades e da ausência do Estado enquanto garantidor de direitos mencionados nesta pesquisa.

Contudo, diante do exposto, considera-se a necessidade de um Estado presente e consciente da realidade do país para que seja possível o enfrentamento das desigualdades sociais, a fim de promover uma melhora na qualidade de vida da população brasileira e dos aspectos que envolvem o sucesso do indivíduo.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 58, n. 1, p. 127-141, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201500107>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/c7CYfj5YzLN7JG8cKyN86vp/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2022.

CATTANI, Antonio David. Riqueza e desigualdades. **Caderno Crh**, [S.L.], v. 22, n. 57, p. 547-561, 2009. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/crh/a/pSgK9pvCx8GhTYMYCYCGJCdg/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Organizado por André Rocha. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/e1c8cc>. Acesso em: 07 set. 2021.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388158/mod_resource/content/1/Texto%2014%20-%20O%20que%20%C3%A9%20ideologia%20-%20M.%20Chau%C3%AD.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Cultura política e política cultural**. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, Abril, 1995. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030141995000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 abril 2022.

COFFEY, Clare; REVOLLO, Patricia Espinoza; HARVEY, Rowan; LAWSON, Max; BUTT, Anam Parvez; PIAGET, Kim; SAROSI, Diana; THEKKUDAN, Julie. **Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Oxfam Gb, [S.L.], , p. 1-21, 20 jan. 2020. Oxfam. <http://dx.doi.org/10.21201/2020.5419>. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/>. Acesso em: 12 out. 2022.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. 2 edição. São Paulo: Editora Martin Claret, 2000. 152 p.

FERREIRA, Veronica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. 2017. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/295951/TESE%20Ver%C3%B4nica%20Maria%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 176 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

Hirata, Helena (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, **Tempo Social**, v. 26, n° 1, Jan-jun., p. 61-74. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2211791&forceview=1>. Acesso em: 01 out. 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina->

servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-relacoes-sociais-e-servicosocial/view. Acesso em: 30 ago. 2022

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 07 jun. 2021

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 11 out. 2022.

LUZ, Ricardo Santos da. **TRABALHO ALIENADO EM MARX: a base do capitalismo**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3502/1/000408014Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MARINS, Mani Tebet *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 669-692, ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/#:~:text=A%20determina%C3%A7%C3%A3o%20exigia%20renda%20familiar,ou%20do%20seguro%2Ddesemprego%2013>. Acesso em: 17 out. 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Tradução de Jesus Ranieri. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4mico-filosoc3b3ficos.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

MAZZA, Moisés Giordano; MARI, Cezar Luiz de. Meritocracia: origens do termo e desdobramentos no sistema educacional do reino unido. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 32, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0063>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/RgrxhFhvFqnLwSGcdZ3VMky/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=meritocracia>. Acesso em: 30. set. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. THE HOUSING ISSUE IN BRAZIL. **Mercator**, [S.L.], v. 16, n. 7, p. 1-12, 15 jul. 2017. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*. <http://dx.doi.org/10.4215/rm2017.e16015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.

NUNES, Jordão Horta; SANTOS, Neville Julio de Vilasboas e. A desigualdade no “topo”: empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 87, 15 set. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.22735>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/NpWFj6HM6rCRgFbwrLS9bnN/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2022.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 1723-1728, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.09172018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Qg7SJFjWPjvdQjvnRzxS6Mg/>. Acesso em: 16 out. 2022.

PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-04.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN2022.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; GALVANE, Fabia Alberton da Silva; MARIANO, Patrícia. Trabalho feminino, desigualdades de gênero e formas de subjetivação no setor de serviços no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 85-103, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2016000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, Mariana Cristina Silva *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 6, p. 2233-2247, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v24n6/2233-2247/#:~:text=Para%20acesso%20a%20este%20benef%C3%ADcio,17%20de%20setembro%20de%202004..> Acesso em: 17 out. 2022.

SCHLESENER, Anita Helena. Introdução. **Grilhões Invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci**, [S.L.], p. 13-22,

2016. Editora UEPG. <http://dx.doi.org/10.7476/9788577982349.0001>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y3zhj/pdf/schlesener-9788577982349-01.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022

SILVA, Michele Lins Aracaty e; SILVA, Laiza Eduarda Santos Carvalho da (org.). **POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL**. Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras, [S.L.], p. 43-61. Atena Editora. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/pobreza-e-vulnerabilidade-socioeconomica-na-regiao-nordeste-do-brasil>. Acesso em: 04 out. 2022.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30870008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2022.

SOUZA, Jessé de. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

_____. **4 Perguntas sobre meritocracia**. INSTITUTO CLARO. Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0QcRZ8mXaT8>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SWEEZY, Paul *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 261 p. Tradução de Isabel Didonnet. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1311142-A-transicao-do-feudalismo-para-o-capitalismo.html>. Acesso em: 16 jun. 2022.

TARRIT, Fabien. A transição do feudalismo ao capitalismo interpretada pelo marxismo analítico. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 45, p. 63-91, ago. 2017. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2018_06_29_20_19_37.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1999. 142 p. Tradução de Vera Ribeiro.

YOUNG, Michael D. **The Rise of the Meritocracy, 1870-2033: The New Elite of Our Social Revolution**. New York: Random House, 1959.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe que foi (e é) minha psicóloga em tempo integral. Obrigada por ouvir meus choros e alegrias nessa fase tão importante. E ao meu pai, por confiar e acreditar que sou capaz de conseguir qualquer coisa.

Agradeço aos meus irmãos, Mariana, Juninho, Matheus e Samuel por terem tornado mais leve e prazeroso esse processo.

Agradeço ao meu tio César e minha tia Marlene por terem sido fundamentais para que fosse possível essa graduação. Obrigada pelo cuidado e por me acolherem como filha.

Agradeço a minha querida Luísa por ter dividido sua vida comigo, com você eu senti amor. E Cesinha, obrigada por tornar os meus dias mais alegres.

Agradeço a minha orientadora Camila, pela cobrança, paciência e por acreditar no meu potencial.

Agradeço também as minhas amigas Ju, Amandinha, Bia, Mari e Loren. Obrigada por estarem comigo na alegria e na tristeza. Sou feliz por ter encontrado vocês.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para o meu desenvolvimento até aqui.

Este trabalho foi por aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que eu tive.